

SEMANA DA ULTRAPASSAGEM GUARDA OLINDA-PE

LEIS EXTRAVAGANTES

1.) Daniel é Delegado da Polícia Civil e encabeça investigação sobre múltiplos assassinatos ocorridos na periferia do município HO. Como fruto dessas investigações, descobre que o autor de três crimes é VR, alcunha “Caolho”, pertencente a grupo de extermínio que atua em alguns bairros do município. Nos termos da Lei nº 8.072/90, pode ser afirmado que:

- A) os homicídios praticados são caracterizados como crimes hediondos
- B) os homicídios praticados pela ausência de qualificação não são hediondos
- C) os homicídios praticados não são hediondos, pois praticados por um agente
- D) os homicídios praticados são hediondos por serem praticados em comunidades pobres

2.) Camila é investigadora da Polícia Civil, sendo ferida gravemente em confronto com grupo de pessoas portando armas de grosso calibre. Nos termos da Lei nº 8.072/90, é considerado crime hediondo o praticado dolosamente contra agente de segurança que resulte em:

- A) lesão corporal de natureza leve
- B) lesão corporal de natureza média
- C) lesão corporal de natureza gravíssima
- D) lesão corporal de natureza grave

3.) Nos termos da Lei nº 8.072/1990, são considerados hediondos, todos tipificados no Código Penal, os seguintes crimes:

- A) Homicídio (Art. 121).
- B) Extorsão qualificada pela morte (Art. 158, § 2º).
- C) Atentado violento ao pudor (Art. 214).
- D) Epidemia com resultado morte (Art. 267, § 1º).
- E) Roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (Art. 157, § 4º-A).

4.) Com base nas disposições da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a opção correta.

- A) A condenação por crime de abuso de autoridade gera automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

- B) Somente o servidor público pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
- C) O erro ocasionado por conduta culposa do agente público não exclui o crime de abuso de autoridade.
- D) A condenação por crime de abuso de autoridade torna certa a obrigação de indenizar o dano causado.

5.) Conforme previsão expressa da Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), constitui crime de abuso de autoridade a conduta de

- A) inserir dados falsos em bancos de dados da administração pública para obter vantagem ilícita.
- B) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, dando causa à celebração de contrato.
- C) cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21 horas.
- D) representar por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o souber inocente.

6.) Os crimes de abuso de autoridade são, primordialmente, de ação penal

- A) privada condicionada.
- B) privada subsidiária.
- C) pública condicionada.
- D) pública incondicionada.

7.) Considere o seguinte caso hipotético: um Policial Militar, no dia 10 de janeiro de 2022, às 22 horas, cumprindo mandado de busca e apreensão domiciliar, adentra um imóvel alheio, à revelia da vontade do ocupante.

Diante desta situação e nos termos da Lei no 13.869, de 5 de setembro de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade), é correto afirmar que o Policial Militar

- A) não cometeu qualquer crime, pois a legislação autoriza o ingresso para cumprimento de determinação judicial até as 23h.
- B) cometeu o crime de abuso de autoridade por ter adentrado um imóvel alheio, à revelia da vontade do ocupante.
- C) não cometeu qualquer crime, pois a legislação autoriza o ingresso para cumprimento de determinação judicial até as 00h.
- D) cometeu o crime de abuso de autoridade, por cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h ou antes das 5h.
- E) não cometeu qualquer crime, pois a legislação autoriza o ingresso a qualquer hora para o cumprimento de determinação judicial.

8.) Ainda sobre o crime de tortura, é correto afirmar:

- A) Trata-se sempre de crime próprio, que somente pode ser cometido por policiais civis ou militares.
- B) A tortura-prova ocorre quando a intenção do sujeito, ao torturar a vítima, é a de obter informação, declaração ou confissão da própria vítima ou de terceira pessoa.
- C) A chamada tortura-castigo sujeita o autor do crime à pena de detenção, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
- D) As disposições da Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997, se aplicam apenas quando o crime for cometido em território nacional, ainda que a vítima seja brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

9.) Ainda sobre a Lei n.º 9.455, de 07 de abril de 1997, e suas alterações, aquele que se omite em face das condutas que constituem crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las:

- A) incorre na pena de detenção de um a quatro anos.
- B) a pena é de reclusão de quatro a dez anos.
- C) a pena é reduzida em até um terço.
- D) não será penalizado, vez que não há penalidade prevista na lei para essa conduta.

10.) Constitui crime de tortura

- A) privar a liberdade de alguém durante a ação de subtrair seu patrimônio mediante grave ameaça.
- B) constranger alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial.
- C) praticar o tráfico de pessoas com o fim de exploração sexual de adolescente em outro país.
- D) privar alguém de sua liberdade mediante cárcere privado sem contato com seus familiares.
- E) reduzir alguém a condição análoga à de escravo submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva.

11.) É crime previsto no ECA

- A) entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente.
- B) conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visitação do pai preso em estabelecimento prisional.

C) entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico.

D) levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos.

12.) Pedro gostava de assistir a vídeos e ver fotos com cenas de sexo envolvendo crianças, mas nunca teve coragem de praticar nenhum ato libidinoso contra nenhum menor de idade. Contentava-se em assistir aos vídeos e às imagens que ele baixava na internet, salvava no seu computador e, de vez em quando, trocava com outras pessoas interessadas.

Considerando o caso de Pedro, é CORRETO afirmar que deverá ser tomada a seguinte medida:

A) Pedro não pode ser preso, pois não cometeu crime algum, já que não materializava nenhuma das condutas que ele assistia nos vídeos.

B) Pedro pode ser preso, pois comete o crime de estupro de vulnerável, na modalidade tentada, uma vez que não chega a praticar ato libidinoso em desfavor de nenhuma criança.

C) Pedro está cometendo infração administrativa e pode ser multado, mas não preso.

D) Pedro pode ser preso, uma vez que está praticando crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

13.) É considerado crime previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90):

A) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo

B) anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, com indicação dos limites de idade a que se recomendem

C) vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, sucos e outros produtos cujos componentes não possam causar dependência física ou psíquica

D) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício de reduzido potencial incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida

E) transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo com classificação indicativa

14.) Analise as afirmativas a seguir.

I. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento.

II. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, meramente, declarar a efetiva necessidade.

III. A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente.

Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, é correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

15.) Nos termos da Lei n.º 10.826/2003, o certificado de registro de arma de fogo

- A) tem validade apenas no estado da Federação em que tiver sido adquirido o armamento.
- B) autoriza o seu possuidor a portá-la de maneira discreta e não ostensiva.
- C) autoriza o seu possuidor a mantê-la em seu local de trabalho, mesmo que não seja o responsável legal pela empresa ou pelo estabelecimento.
- D) será expedido pela Polícia Federal, desde que precedido de autorização do Sistema Nacional de Armas.

16.) É INCORRETO dizer sobre a Lei Maria da Penha:

- A) Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- B) Altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.
- C) Baseia-se no que determina a Constituição Federal.
- D) Baseia-se no que determina a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Socialista Sul Americana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

17.) A Lei nº 11.340/2006 prevê as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras como:

- A) A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria ao agressor.
- B) A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter relação sexual desejada, sem impedimento de qualquer método contraceptivo, que desenvolva seus direitos sexuais.
- C) A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde psicológica, crenças e decisões.

D) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima.

18.) Consoante os ditames da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETO.

A) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

B) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.

C) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

D) As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

19.) Jardel é servidor público de um determinado município e está lotado na Secretaria de Saúde, onde fica responsável pelas compras de medicamentos para abastecimento dos postos de saúde. Jardel utiliza, diariamente, o carro da secretaria para buscar seus filhos na escola e, logo após, devolve o veículo de volta para casa de transporte público.

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, o referido caso se configura como:

A) Dano ao erário.

B) Enriquecimento ilícito.

C) Atentar contra os princípios da administração pública.

D) Dano ao erário na modalidade culposa.

20.) relação aos requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal, analise os itens abaixo:

I. Brasileiro(a) nato ou naturalizado.

II. Gozo dos direitos políticos.

III. Quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV. Nível médio completo de escolaridade.

V. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

VI. Aptidão física, mental e psicológica.

VII. Idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

VIII. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei estadual.

Dos itens acima quantos estão INCORRETOS:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

GABARITO

1.A 2.C 3.D 4.D 5.C 6.D 7.D 8.B 9.A 10.B 11.A 12.D 13.A 14.E 15.D
16.d 17.d 18.D 19.B 20.B